

ATO Nº 086/2012

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público do Estado do Tocantins, referente ao Segundo Quadrimestre de 2012.

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar 51/2008, de 02 de janeiro de 2008;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

CONSIDERANDO, ainda, os princípios que regem à Administração Pública, especialmente o da publicidade;

RESOLVE :

Art. 1º. Aprovar, na forma dos Anexos deste Ato, o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público do Estado do Tocantins, relativo ao 2º Quadrimestre de 2012.

Art. 2º. Disponibilizar o referido relatório no Diário Oficial do Estado do Tocantins e na página eletrônica da Internet: <http://www.mp.to.gov.br/cint/transparencia/?pg=execucao>, para amplo acesso ao público, em atendimento ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de setembro de 2012.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

ANEXO AO ATO Nº 086/2012, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

**ESTADO DO TOCANTINS PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2011 A AGOSTO DE 2012**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	81.276.994,85	0,00
Pessoal Ativo	81.276.994,85	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.813.399,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.813.399,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	76.463.595,85	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	76.463.595,85	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	4.844.846.596,60	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,58	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		

FONTE: SIAFEM, Contabilidade PGJ/SEFAZ-TO, 19/09/2012, 09:30h.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA
Chefe do Departamento Financeiro

JOSÉ BATISTA DE LIMA FILHO
Chefe da Assessoria de Controle Interno

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS
Contador CRC-TO 0002749/0-0

ANEXO AO ATO Nº 086/2012, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2011 A AGOSTO DE 2012

LRF, art. 48 - ANEXO VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	76.463.595,85	1,58
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	96.896.931,93	2
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	92.052.085,34	1,9
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Total		

FONTE: SIAFEM, Contabilidade PGJ/SEFAZ-TO, 19/09/2012, 09:30h.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA
Chefe do Departamento Financeiro

JOSÉ BATISTA DE LIMA FILHO
Chefe da Assessoria de Controle Interno

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS
Contador CRC-TO 0002749/0-0

ANEXO AO ATO Nº 086/2012, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012

**ESTADO DO TOCANTINS PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2011 A AGOSTO DE 2012**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS														
	Setembro/11	Outubro/11	Novembro/11	Dezembro/11	Janeiro/12	Fevereiro/12	Março/12	Abril/2012	Mai/12	Junho/12	Julho/12	Agosto/12			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Pessoal Ativo Pessoal Inativo e Pensionistas Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	6.027.643,91 6.027.643,91	6.304.108,90 6.304.108,90	5.797.819,93 5.797.819,93	10.995.917,22 10.995.917,22	6.185.978,49 6.185.978,49	5.972.799,22 5.972.799,22	5.976.408,19 5.976.408,19	6.311.850,57 6.311.850,57	6.372.501,16 6.372.501,16	7.416.828,03 7.416.828,03	6.674.221,81 6.674.221,81	7.240.917,42 7.240.917,42	81.276.994,85		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial Despesas de Exercícios Anteriores Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	487.609,70	790.088,26	352.662,00	352.662,00	353.797,13	353.797,13	353.797,13	353.797,13	353.797,13	353.797,13	353.797,13	353.797,13	4.813.399,00		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.540.034,21	5.514.020,64	5.445.157,93	10.643.255,22	5.832.181,36	5.619.002,09	5.622.611,06	5.958.053,44	6.018.704,03	7.063.030,90	6.320.424,68	6.887.120,29	76.463.595,85	0,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	76.463.595,85														
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	4.844.846.596,60														
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,58														
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>															
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>															

FONTE: SIAFEM, Contabilidade PGJ/SEFAZ-TO, 19/09/2012, 09:30h.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA
Chefe do Departamento Financeiro

JOSÉ BATISTA DE LIMA FILHO
Chefe da Assessoria de Controle Interno

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS
Contador CRC-TO 0002749/0-0